



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL PLENO

ATAS DAS SESSÕES

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA

SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 17/2022 –TJ

SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO. Aos 02 (dois) dias do mês de setembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 16 horas, realizou-se a sessão nº 17/2022, convocada mediante o Edital nº 176/2022, de 30 de agosto de 2022, disponibilizado no Diário da Justiça de igual data, a realizar-se em formato híbrido (por meio de videoconferência, no link de acesso já utilizado para as sessões do Tribunal Pleno) e presencialmente, no auditório da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC, para a solenidade de posse dos novos Desembargadores, os Juízes de Direito Dr. José Lopes de Araújo Filho e Dr. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava e da Procuradora de Justiça Dra. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves. Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores: MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA – PRESIDENTE, FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE, FRANCISCO GLADYSON PONTES, FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO, FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO, LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, MARIA EDNA MARTINS, MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA, MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, FRANCISCO CARNEIRO LIMA, HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA, SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE, FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL, JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO, CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO, MARIA ILNA LIMA DE CASTRO, JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, SILVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA, EVERARDO LUCENA SEGUNDO, VANJA FONTENELE PONTES, BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA (Juiz convocado para compor o Tribunal, em face da aposentadoria do Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva – Portaria nº 967/2022), PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA (Juiz convocado para compor o Tribunal, considerando o falecimento do Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo e a remoção da Desa. Vanja Fontenele Pontes - Portaria nº 1417/2022) e FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO (Juiz convocado para compor o Tribunal Pleno substituindo a Desa. Francisca Adelineide Viana durante sua ausência por motivo de licença médica - Portaria nº 438/2022). Ausentes, por motivo de férias, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES e ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, DURVAL AIRES FILHO, CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, TEODORO SILVA SANTOS, MARIA IRANEIDE MOURA SILVA, MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES, LISETE DE SOUSA GADELHA, RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA, JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, ROSILENE FERREIRA FACUNDO, CLEIDE ALVES AGUIAR (Juíza convocada para compor o Tribunal especificamente na 1ª câmara de Direito Privado e Seção de Direito Privado substituindo o Des. Emanuel Leite Albuquerque durante sua ausência junto ao TRE - Portaria nº 1807/2022), IRANDES BASTOS SALES (Juiz convocado para compor o Tribunal substituindo o Des. Inácio de Alencar Cortez Neto durante sua ausência junto ao TRE - Portaria nº 1748/2022) e EPITÁCIO QUEZADO CRUZ JÚNIOR (Juiz convocado para compor o Tribunal especificamente na 2ª Câmara de Direito Público e Seção de Direito Público substituindo o Des. Francisco Gladysson Pontes durante sua ausência junto ao TRE - Portaria nº 1807/2022). Ausente, por motivo de licença médica, a Excelentíssima Senhora Desembargadora FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. Ausente, por motivo de afastamento para exercício exclusivo das funções eleitorais, o Excelentíssimo Senhor Desembargador INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. A Procuradoria-Geral de Justiça fez-se representar pelo Dr. MANUEL PINHEIRO FREITAS – PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. Os trabalhos foram secretariados pelo SUPERINTENDENTE DA ÁREA JUDICIÁRIA, Dr. NILSITON RODRIGUES DE ANDRADE ARAGÃO. Os Excelentíssimos Senhores Desembargadores EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE e FRANCISCO GLADYSON PONTES ressaltaram nesta data, para participar desta Sessão, o afastamento de suas funções na Justiça Comum, junto ao TRE. A Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, Presidente, deu início à Solenidade de Posse dos Excelentíssimos Juízes de Direito Dr. JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO e Dr. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA e da Procuradora de Justiça Dra. ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES. Integraram a mesa as seguintes autoridades: Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Excelentíssima Senhora MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO, Governadora do Estado do Ceará; Excelentíssimo Senhor General de Divisão ANDRÉ LUIZ RIBEIRO CAMPOS ALLÃO, Comandante da 10ª Região Militar; Excelentíssimo Senhor JOSÉ ÉLCIO BATISTA, Vice-Prefeito de Fortaleza neste ato representando o Senhor JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA, Prefeito de Fortaleza; Excelentíssimo Senhor MANUEL PINHEIRO FREITAS, Procurador-Geral de Justiça; Excelentíssima Senhora Juíza de Direito ANA CRISTINA DE PONTES LIMA ESMERALDO, Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua; Dr. DAVID SOMBRA PEIXOTO, Secretário-Geral da OAB, neste ato representando o Senhor JOSÉ ERINALDO DANTAS FILHO, Presidente da OAB - SUBSECÇÃO CEARÁ; Excelentíssima Senhora SÂMIA COSTA FARIAS MAIA, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará, em exercício, neste ato representando a Dra. ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará. Em razão da pandemia do Covid-19, esta sessão solene de posse aconteceu de forma híbrida. Registrada a participação de forma presencial dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES - Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Ceará; FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA; EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE; FRANCISCO GLADYSON PONTES; WASHINGTON LUÍS BEZERRA



DE ARAÚJO; MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO; JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA; LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES; LIRA RAMOS DE OLIVEIRA; FRANCISCO CARNEIRO LIMA; HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA; SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE; MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL; JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO; CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA; MARIA ILNA LIMA DE CASTRO; JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA; SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA; ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA; EVERARDO LUCENA SEGUNDO; VANJA FONTENELE PONTES; BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA (Juiz convocado); PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA (Juiz convocado) e FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO (Juiz convocado); e, de forma remota, dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE; FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO; FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE; LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE; MARIA EDNA MARTINS; MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO; FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES; MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES e JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Na sequência, sua Excelência a Desembargadora Presidente convidou o Excelentíssimo Senhor Desembargador FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, Decano deste Tribunal de Justiça e a Excelentíssima Senhora Desembargadora VANJA FONTENELE PONTES, a mais nova integrante desta Corte de Justiça para conduzirem os novos Desembargadores ao Plenário. Em seguida, o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Poder Judiciário Cearense foram interpretados pelo Coral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob a Regência da Maestrina Domizila Almeida e acompanhamento de Alvanyr Silva no teclado. Registradas as presenças dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR; FRANCISCO GILSON VIANA MARTINS; FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA; PAULO CAMELO TIMBÓ; JOSÉ CLÁUDIO NOGUEIRA CARNEIRO; Juiz de Direito DANIEL CARVALHO CARNEIRO, Presidente da Associação Cearense de Magistrados – ACM; Dra. ANTÔNIA CAMILY GOMES CRUZ, Procuradora-Geral do Estado do Ceará; Cel. GLAUBER VAGNER VIEIRA DE PAULA, Comandante Adjunto da Polícia Militar do Estado do Ceará; Magnífico Reitor da UFC, Professor JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE; JOÃO RÉGIS NOGUEIRA MATIAS, Procurador-Geral Executivo de Contencioso Geral e Administrativo; Juíza de Direito VALESCA ROLIM, Ouvidora do Fórum Clóvis Beviláqua; Procuradores de Justiça FRANCISCO NILDO FAÇANHA DE ABREU; JOSÉ MAURÍCIO CARNEIRO; LUZANIRA MARIA FORMIGA; MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA; MARIA DO SOCORRO BRITO GUIMARÃES; MIGUEL ÂNGELO DE CARVALHO PINHEIRO; MARIA PERPÉTUA NOGUEIRA PINTO; MARIA GLEUCA PINHEIRO VIANA MARTINS; MARYLENE BARBOSA NOBRE; ALICE IRACEMA MELO ARAGÃO; ANA CRISTINA CAVALCANTE DE PAULA PARAÍBA; ANA MARIA GONÇALVES BASTOS ALENCAR; ANA MARIA RODRIGUES PROENÇA; DANIELE CARNEIRO FONTENELE; GRECIANNY CARVALHO CORDEIRO; HARLEY DE CARVALHO FILHO; JÔNICA QUEIROZ VIEIRA; MARIA JAQUELINE FAUSTINO DO NASCIMENTO e SANDRA VIANA PINHEIRO. Em seguida, a Desembargadora Presidente convidou os Excelentíssimos Senhores Juizes de Direito JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO e FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSARFAVA e a Excelentíssima Senhora Procuradora de Justiça ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES para prestarem, em conjunto, o compromisso de posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o que foi feito nos seguintes termos: “Prometo bem e fielmente desempenhar os deveres do meu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e as Leis da União e do Estado do Ceará e as normas internacionais de Direitos Humanos”. O Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão, Superintendente da Área Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, fez a leitura do Termo de Compromisso lavrado em livro próprio. Após, a Desembargadora Presidente declarou empossados os Excelentíssimos Senhores JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO, FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSARFAVA e ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES, nos cargos de Desembargador. Ato contínuo Sua Excelência, a Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, Presidente desta Egrégia Corte, fez a saudação aos novos Desembargadores nos seguintes termos: “É com grande entusiasmo e satisfação que empossamos os novos membros deste Tribunal de Justiça do Ceará, que reforçam ainda mais a pluralidade de vivências e de conhecimentos reunidos neste seletto Colegiado, com suas trajetórias de destaque, notório saber e reputação ilibada. Em nome do Tribunal de Justiça, congratulo-me com os novos desembargadores, na certeza de que mantemos uma composição de elevada qualidade técnica e moral, condizente com os desafios próprios do exercício da magistratura de 2º grau. Desembargadores José Lopes de Araújo Filho, Francisco Eduardo Torquato Scorsafava que aqui chegam como magistrados experientes, eleitos em reconhecimento aos serviços prestados à Justiça; desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves, merecidamente escolhida em vaga reservada ao Ministério Público do Ceará, por meio do Quinto Constitucional, sejam muito bem-vindos a esta Corte. Estar aqui, neste momento, é gratificante pela constatação de que o Tribunal de Justiça do Ceará consegue se renovar de forma a exaltar, com a qualidade dos que chegam, a excelência daqueles que deram sua inestimável contribuição à Justiça cearense, em respeito aos mais elevados princípios da magistratura e da moralidade pública. Sei que esta ocasião representa, para cada novo desembargador e desembargadora, uma realização pessoal, que faz lembrar essa caminhada até chegarmos aqui, a perseverança, os desafios, os sacrifícios, os aprendizados e também toda a ajuda, especialmente da família, que nos permite ir adiante em nossos propósitos. Sei também que essa merecida conquista vem acompanhada de um enorme senso de responsabilidade para com a coletividade e com o próprio Poder Judiciário. Esse conjunto de sentimentos tem o poder de reforçar em nós o ideal de bem servir. Por isso tudo, receber novos integrantes com tamanha experiência e respeitabilidade é também um estímulo para que sigamos, revigorados, no cumprimento das nossas incumbências. Nesta oportunidade, não poderia deixar de emitir algumas considerações para compartilhar com esta Corte, em nome da transparência e do senso de coletividade que nos une, sobre algumas das ações conduzidas pela atual gestão deste Tribunal de Justiça. Quero, desde já, agradecer o apoio de cada um, nas figuras dos desembargadores Antônio Abelardo Benevides Moraes, nosso Vice-presidente, e Paulo Airton Albuquerque Filho, nosso Corregedor-geral. Nosso lema é “transformação digital e humanização”. A tecnologia e as estruturas físicas devem estar a serviço do atendimento ao público, oferecendo as melhores condições de trabalho e de acolhimento às pessoas. Nesse sentido, com planejamento, dedicação e espírito de solidariedade, pudemos atingir e superar metas de desempenho, mesmo enfrentando as maiores adversidades. Quero aqui destacar o Programa Avançar, que possibilitou a construção e a reforma de Fóruns, padronizando essas estruturas a partir de conceitos arquitetônicos modernos, seguros, inclusivos e ambientalmente responsáveis, com a instalação de 11 novas unidades em comarcas da Região Metropolitana e Interior do Estado. As comarcas de Juazeiro do Norte e Sobral receberam a 4ª Vara Criminal, cada uma. Já Crateús, Caucaia, Ibicuitinga, Quixelô, Sobral e Juazeiro do Norte ganharam Núcleos de Audiências de Custódia. Novos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher foram instalados em Sobral, Maracanaú e Crato. Outro ponto que merece atenção é o Programa de Modernização do Judiciário. Dos 43 projetos estratégicos desta Gestão, 28 fazem parte do Promojud, em dois eixos principais: transformação digital no aprimoramento dos serviços ao cidadão e fortalecimento da governança e da gestão. Para executá-lo, assinamos, no final de 2021, o contrato de empréstimo de 35 milhões de dólares, aprovado no mesmo ano pelo Senado Federal e captado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), numa operação inédita no Brasil, em se tratando de Tribunais, dando sequência a um projeto iniciado na gestão anterior, do desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo. Com os recursos devidamente assegurados, esses projetos são acompanhados constantemente em reuniões estratégicas com nossas secretarias, para que possam seguir seus cronogramas. Em outra frente de atuação, abrimos concursos



com 41 vagas para o cargo de Analista Judiciário, 10 para Oficial de Justiça, 5 para Infraestrutura de TI, 25 técnicos para as áreas Judiciária e administrativa, além de formação de cadastro reserva, com 306 vagas. Criamos ainda um grupo de trabalho para incentivar a igualdade de gênero no Judiciário, em atenção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda da ONU 2030, que devem ser implantados em todos os Tribunais de Justiça do país nos próximos anos. Reforço sempre a importância do planejamento em cada iniciativa citada. Tanto que, antes mesmo de assumir a Presidência do TJCE, já tínhamos o programa da Administração para o biênio 2021/2023, feito a partir de estudos e reuniões, com especial atenção à valorização da mulher no Judiciário, o combate à violência doméstica e familiar e às questões envolvendo crianças e adolescentes. Esse plano, naturalmente, precisaram se adequar à pandemia do novo coronavírus. Sentimos seus efeitos na pele, perdemos colegas, pelos quais oramos e rendemos homenagens. Apesar das dificuldades, o teletrabalho consolidou-se como meio efetivo de atuação do Judiciário na realização de audiências e julgamentos em sessões por videoconferência, num esforço conjunto de todos que fazemos este Poder. Não há palavras para descrever a coragem e empenho de servidores, colaboradores e magistrados, em todo o Ceará, nesse período, reconhecido pelo levantamento Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça, que colocou o TJCE entre os tribunais mais eficientes do País em produtividade e custeio de atividades. Com o início da vacinação, estabelecemos um plano para a volta gradativa do atendimento presencial, sempre seguindo os protocolos estaduais de segurança sanitária. E como todos sabem, já não bastasse esse desafio, um incêndio atingiu metade do prédio que abrigava o Palácio da Justiça, no Centro Administrativo do Cambé, em Fortaleza. Graças a Deus, os prejuízos ficaram limitados a bens materiais. Recebemos apoio da sociedade civil e dos demais poderes, o que mostra o apreço e credibilidade que o Judiciário goza no Ceará. Fomos recebidos aqui no Fórum Clóvis Beviláqua, com toda a presteza, para seguirmos trabalhando. Hoje nossa sede está em reforma, com ampliação e modernização de suas dependências, dentro do cronograma. E em breve retornaremos à nossa Casa. Mesmo com tudo isso, e em razão do cuidado financeiro com que essas ações são pensadas e executadas, conseguimos aumentar a capacidade de atuação do Judiciário cearense com mais dez desembargadores, com os respectivos servidores necessários aos novos gabinetes, conforme lei estadual, aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governo do Estado, tornando o TJCE mais efetivo para responder ao aumento da demanda. Essas foram algumas das ações empreendidas pela gestão, que compartilho com meus eminentes colegas, em homenagem ao comprometimento do Tribunal de Justiça do Ceará na missão de servir à Justiça e ao público, com despreendimento, cooperação e responsabilidade. Vivemos em constante aprendizado, especialmente agora com o impacto tecnológico na prestação jurisdicional, que certamente seguirá nos desafiando nos próximos anos. Esta Instituição tem o mérito de saber preservar os avanços de cada administração, atuando em harmonia, para projetar novos passos de forma segura e eficiente, pois isso é o que somos: um todo formado por partes indispensáveis, que uma vez unidas, podem enfrentar e superar qualquer desafio. Encerro desejando sucesso e felicidades aos novos desembargadores e agradecendo, mais uma vez, a cada um dos meus queridos colegas, pelo apoio nas horas mais difíceis e também nas conquistas que celebramos juntos. Muito obrigada, sempre.” Em seguida, foi dada a palavra ao Desembargador recém-empossado JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO que se pronunciou nos seguintes termos: “Neste dia solene e festivo a quem devo homenagear? Uma homenagem muito especial. Considero importante e, por certo, fundamental, que as atitudes do comportamento procedam da consciência bem formada, alicerçada no respeito aos postulados da ética e da verdade, no sentimento de justiça, nos objetivos elevados, no afeto e proteção dos entes queridos e dos desvalidos da sorte, no amor ao próximo, no respeito e na prática da fé, no palmilhar das estradas da esperança e também de otimismo, na intrepidez dos gestos, na coragem para enfrentar os desafios, na lucidez definitiva e clara dos discernimentos. Estes aspectos peculiares das personalidades altaneiras não são neste momento endereçadas por mim a nenhum herói assinalado da História. Este desenho de caráter e valores destinam-se a uma mulher simples, uma dona de casa. Quero, nesta hora triunfal e sublime de minha vida, tecer uma louvação de saudade e eterna memória à minha mãe, RAIMUNDA SOARES DE ARAÚJO, uma autêntica guerreira nordestina. Nasci no Piauí, de uma família cearense, e, muito cedo conheci o travo da tragédia. Meu pai, JOSÉ LOPES DE ARAÚJO, foi cruelmente assassinado no ano de 1954, e minha mãe, viúva pobre e sem amparo no lugar onde morava, partiu para o Ceará com seus filhos menores, dois meninos e quatro meninas e toda aquela carga rude e sufocante que as tragédias costumam gerar. Em casos assim, muitos, quando são afogados pela desdita, mergulham nos abismos sombrios do desespero e perdem os rumos e as bússolas. Minha mãe, porém, recusou a desesperança e decidiu dobrar o destino, submetendo-o ao seu comando destemido. E, com sua força indômita, reunindo as chispas de fogo de sua resistência, construiu nossa família. Crescemos assistindo à construção que empreendia com a mesma persistência e a sábia determinação de quem escolhe a melhor rocha para construir sua casa, metáfora referida no capítulo sétimo do Evangelho de São Mateus. Contra a obra que edificava caiu a chuva torrencial, desceram as enxurradas, sopraram os ventos furiosos se lançando contra ela. Mas a família que minha mãe edificou resistiu a todas as tempestades porque, como depois entendemos, ela era a própria rocha, forte, rígida, impávida e inexpugnável. Cumprir em Fortaleza o itinerário das crianças pobres desta Cidade, estudando em escolas públicas e aqui e ali recebendo aulas particulares da professora Iolanda, que era amiga e cobrava pouco pelo muito que me transmitia. Fiz o tradicional Exame de Admissão ao Ginásio no Liceu do Ceará e prossegui até a conclusão do antigo Curso Científico e, em seguida, ao exame vestibular. Fui aprovado para o Curso de Economia, mas fiz a opção pelo Curso de Direito, como era permitido. Já naquele tempo atraía-me a advocacia, o tratamento com a lei, as cenas dramáticas do Júri Popular que via nos filmes, o espaço conquistado nos jornais pelas sumidades do direito, Heribaldo Costa, Mário Barata, Ernando Uchoa Lima, Jurandir Porto, Paulo Bonavides, Francisco Uchoa de Albuquerque e muitos outros, a maioria meus futuros professores na faculdade. Estava decidido o meu destino. Mantava-me a imagem da deusa vendada, em posição altiva, que, apoiada na ética e no claro discernimento, exercia através de pleitos, libelos e sentenças a aplicação da lei. Fui, pelos exemplos recebidos em casa, pelo olhar curioso da realidade e pelas abordagens clássicas dos processos do conhecimento, distinguindo as energias potenciais do bem e a elas aderindo e me propondo a defendê-las dentro do pequeno território que a vida me concedesse. Entendi cedo, talvez por pressão dos acontecimentos que testemunhei e que vivenciei como criança e como adolescente que o tempo se move como uma coisa viva e dinâmica, sempre propenso a alterar o sistema de valores e a elaborar novas realidades. E entendi, sobremaneira, o valor da Justiça e como é precioso e necessário o seu exercício. Platão, o famoso filósofo grego, proclama em sua obra “A República” que o exercício da Justiça é um bem tão precioso e de tal envergadura que não pode ser comparado às riquezas visíveis, como o ouro e a prata, pois sua importância repousa na sublimidade do que há de melhor do sentimento humano, nos arquétipos construídos para o bem, na natureza da elaboração normativa, desde o aprendizado consuetudinário às leis explícitas das necessidades do Estado. Senhoras e Senhores: Nunca fui um indivíduo ensimesmado nem um frequentador da solidão contemplativa. Sou um afilhado da esperança e um estimulador da alegria. Ando pelas estradas do tempo e pelas ruas do mundo, distinguindo a austeridade, da grosseria; o riso, do escárnio; a crença autêntica, da pieguice cavilosa; o NÃO humilde, do SIM arrogante; o conhecimento sem lucidez, da sabedoria da experiência; a aplicação da Justiça, do anátema implacável. E quando sou atingido pelos acicatos das decepções, a amargura dos percalços e o azinhavre das dúvidas, o que guardo e certamente ficará no lado iluminado de minha alma é o eterno dos sonhos, a memória do que foi agradável e o aconchego das



cálidas ternuras do otimismo. Ingressei na Magistratura em 1989, mediante concurso público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará com outros 47 colegas advogados e advogadas, 20 dos quais hoje membros deste Egrégio Tribunal e agora meus companheiros e companheiras do labor jurídico no grau culminante de nossa carreira. Somos todos nós, oriundos da Magistratura, do Ministério Público ou da militância ativa da profissão de Advogado. O foro tem sido a nossa segunda casa e conhecemos muito bem sua importância histórica. Na Roma antiga o foro era o centro da vida pública. A praça onde se decidiam as mais importantes questões, como a proclamação da guerra ou a celebração da paz. Estamos aqui por vocação e escolha qualificada. O Tribunal é um templo onde se pratica a justiça pelas sendas da legalidade, da imparcialidade, da prudência, do bom senso e onde se sacramentam as colunas da verdade construídas ao longo da organização social da História Humana. Em seu espaço sublime se manifesta e se erige a atividade jurisdicional, a pacificação dos conflitos interindividuais, na contribuição para a ordem civilizada e a convivência pacífica da sociedade. David Hume, filósofo e historiador inglês, em seu “Ensaio sobre o entendimento Humano”, argumenta que “os problemas relativos à justiça surgem nas comunidades porque os homens, acionados pelo egoísmo, estão sempre interessados em se nutrir dos bens que supostamente os tornem mais felizes. Mas os bens são escassos e isso geram os conflitos. Aumentai – diz o filósofo – a bondade dos homens ou a abundância da natureza em grau suficiente e os tribunais ficarão ociosos. Na sociedade, a intolerância e a vilania seriam substituídas por virtudes mais nobres e por bênçãos mais preciosas.” Senhora Presidente, Senhoras e Senhores: Hoje, neste momento solar de minha vida e de minha profissão, ao tomar posse como Desembargador nesta Augusta Corte de gloriosa tradição, lembrei-me do Sr. Américo, pai do médico e músico Breno Linhares, atualmente residente em Minas Gerais. Logo após a minha aprovação no vestibular, pôs carinhosamente a mão no meu ombro e como as pitonisas do Templo de Delfos, serenamente vaticinou: - Você, Lopes, será um Advogado. Depois, um Juiz e, certamente, mais tarde, um Desembargador! Agora, na planície de meus 73 anos, constato, feliz e embevecido, que as profecias existem e podem se tornar realidade. Obrigado, Seu Américo, meu profeta particular. Quero também lhe dedicar este momento. Andei, cumprindo as regras do ofício e obediência aos preceitos, durante 33 anos, por várias comarcas do interior do Ceará. Aprendi todos os dias sobre os seres, o tempo e as coisas. Contemplei modos, costumes e julguei cometimentos e atitudes. Conheci os fantasmas que assombram a consciência, as imanências sociais, os espasmos de dor e de euforia, as grandezas e miudezas da vida. E os horizontes de luz e, também, os aludidos “caminhos tortuosos e tristes, como o destino deste povo errante”, epicamente lamentados pelo poeta Jáder de Carvalho. Agora estou aqui, abraçado pela emoção e pelo calor humano de todos vocês, querendo cumprir um relatório de agradecimentos. Em primeiro lugar a Deus que me deu o dom da vida e tudo que possuo e conquistei, especialmente minha família. Partilho a honraria que hoje recebo com minha querida esposa, minha companheira, a garota que sonhei, a mulher dos meus sonhos, e me acompanhou em todas as comarcas. Nosso namoro começou no dia 8 de setembro/1979. Noivado em 8 de setembro/80. Casamento em 1981, no dia 25 de setembro. Nascimento de minha filha Jarina 21 de setembro e meu querido neto José Miguel no dia 22 de setembro. Também partilho com meus queridos filhos e razão de meu viver: José Neto, Juliana, Jamilye, Jarina e Janine. Meus genros Rosemberg e Pedro Henrique e nora Lívia e meus amados netos. Também minha querida sogra Vanda e meu querido sogro Antônio (o “Tozinho”) já falecido. Minha gratidão a todos que me ajudaram a alcançar o mais alto grau da minha carreira e me educaram: meus pais José Lopes de Araújo e Raimunda Soares de Araújo (falecidos). Minha gratidão, a meu irmão e minhas irmãs, parentes e amigos. Rendo minhas homenagens a todos os membros desta alta Corte de Justiça, assim como as dignas autoridades presentes, representantes do Ministério Público, Advogados, Políticos, Servidores da Justiça, Terceirizados, Estagiários e Militares. Em nome dos eminentes juízes Mantovani Colares, Antônio Klein, José Maria, Mauro, Teixeira e muitos outros igualmente eminentes, integrantes diários da mesa da comensalidade de nossa Cantina (restaurant), saúdo todos os colegas magistrados, pelos diálogos sinceros e atenção que todos me ofereceram, rendo-lhes meus agradecimentos. Agradeço a todos os professores que me instruíram e agora lembro-me do professor Juarez Leitão, homem culto, simples, humano, o qual abraçou meu pedido de estudar no CEPREMA CURSOS em condições especiais dentro de minha situação financeira. Agradeço os “parabéns” de inúmeras pessoas, inclusive dos integrantes de meu Gabinete. Parabéns significa “para o seu bem”, o bem significa “caridade”, e caridade significa “o amor em concreto”. Agradeço comovido as palavras proferidas pela digna Magistrada, que diuturnamente trabalha e consagra sua vida à Justiça Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira. Quero neste momento render minhas homenagens também à família de Haroldo de Oliveira Máximo, que veio lá do Cariri, menino, e aqui se formou, tornou-se Juiz e Desembargador Graças ao Senhor Nosso Deus, que é digno e justo, ilumine a todos. Muito obrigado!” Dando continuidade, pronunciou-se o recém-empossado FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA seu discurso: “Nesta tarde memorável, ao ser empossado no cargo de Desembargador deste egrégio Tribunal de Justiça pela vontade soberana dos seus valorosos Membros, externo o meu sentimento de alegria, que se afigura irradiante, dada a relevância da missão a que me foi confiada, bem como por representar o início de um novo ciclo na carreira. Assim, insta dirigir algumas palavras a este respeitável auditório, a quem peço permissão para, antes de tudo, louvar e agradecer a Deus, pelo dom da vida, e lhe rogar permanente proteção, para que a minha atuação seja constantemente guiada pela prudência, disciplina e pela busca incessante da pacificação dos conflitos, tendo sempre como fundamento as normas e princípios do Direito. Estou consciente de que o trabalho será árduo, no entanto, malgrado os desafios a serem enfrentados, nutro a esperança de que será relativizado pelo apoio e compreensão de meus cultos e experientes Pares desta conspícua Corte de Justiça. Reafirmo, neste instante solene, o compromisso de não tergiversar em cumprir meu dever, para o que estou certo de ser ajudado por todos, de modo que se colime o objetivo mais importante, que é o de assegurar o exercício pleno da cidadania e dos valores democráticos, nos precisos termos do que está esculpido na Constituição Federal. Não se pode olvidar que a sociedade espera de nós a continuidade de nossa luta pela confiabilidade e fortalecimento do Judiciário, urgindo, pois, darmos-lhe, com fiel observância dos prazos e formalidades legais, a necessária resposta. Convém assentar que a verdadeira Magistratura pressupõe, antes de qualquer coisa, altivez, cordialidade entre os Poderes e Instituições republicanas, evitando disputas inúteis, propiciando que cada um desempenhe a sua incumbência e realize, da melhor forma possível, a sua função constitucional. Hoje, mais do que nunca, a sociedade precisa acreditar nas Instituições e no seu Judiciário. Precisa saber que não somos perfeitos, mas que temos virtudes. Funcionalmente, consoante lúcida advertência do destacado Desembargador Francisco da Rocha Victor, de saudosa memória, “os verdadeiros magistrados não julgam apenas porque querem punir; também não fazem julgamentos movidos pelo ódio, pela vingança ou perseguição; nem muito menos decidem o destino das pessoas com indiferença. Julgam e até condenam porque querem um espaço melhor de convivência, de paz e de harmonia entre as mulheres e homens de boa vontade.” Destarte, é preciso atuar com serenidade, prudência e previsibilidade, tendo como bússola o resguardo dos valores democráticos. Na Defesa do Poder Judiciário de forma especial, pela circunstância de que somos o último a dizer a palavra do que há de prevalecer como direito. Nesse sentido, lapidar se apresenta a observação lançada pela Ministra Cármen Lúcia, quando do exercício do cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal, ao ponderar que “O momento exige de quem exerce cargo público um grau de responsabilidade pessoal e institucional, não podendo o agente se descurar de um comportamento com o estado constitucional, cuja democracia estamos a construir com muito zelo, sem chance de atropelos, menos ainda de qualquer espécie de cogitação, ainda que distante, de retrocesso, de antijuridicidade, inadmissíveis por natureza.” O exercício



da Magistratura clama o cultivo permanente da paciência, da tolerância e da compreensão para com todos. No particular, válido esboçar nos ensinamentos do Professor José Renato Nalini, em sua ilustrada obra *Ética da Magistratura*, para quem “o juiz brasileiro – mais do que um técnico em ciências jurídicas – deve ser um psicólogo, um assistente social, um agente de persuasão, um conciliador, um pacificador, um mestre, uma autoridade aureolada de virtudes. Só assim poderá cumprir com exatidão a missão de que foi incumbido pelo sistema, de harmonizar uma sociedade que sofre e vê na justiça o seu derradeiro refúgio.” No campo das relações interpessoais, ao Poder Judiciário, em alinhamento com os demais Poderes e Instituições, está reservado o compromisso de delimitar o raio de atuação e exercício da livre manifestação de pensamento, bem como promover o resguardo das garantias e direitos consagrados na Carta Magna, debelando, quando provocado, as condutas criminosas. Sem sombra de dúvidas, o avanço da tecnologia nos levou a outro patamar, pois, se de um lado, as ferramentas tecnológicas nos possibilitaram o acesso a um novo cenário, pautado pela facilidade de obtenção da informação, por outro, empreenderam um falso cenário de que o meio virtual está imune a atuação sancionatória dos Poderes Constituídos. Insta ressaltar a premente necessidade de se aperfeiçoar os mecanismos institucionais com vistas ao combate da prática deletéria de ofensa a honra e dignidade dos cidadãos. Na seara democrática, vê-se que o País passa por duras provas, mas está promovendo, nos termos da Constituição e das leis vigentes, todo o processo de depuração das práticas imorais e corruptas, que constituem violência específica contra cada um dos brasileiros. Vivenciamos um momento que inspira atenção redobrada. Faz-se mister observar, em reforço argumentativo, o resplandecente registro feito pelo Ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ao destacar, com a maestria que lhe é peculiar, que “os cidadãos e as instituições do país demonstram admirável capacidade de resiliência e de superação, tal como preconizava o literato Euclides da Cunha; para reconhecer, parafraseando-o, que o brasileiro é, antes de tudo, um forte, capaz de se reinventar na adversidade.” Côncio da sublime missão a desempenhar, assumo o cargo perante este excelso Tribunal com o melhor dos propósitos, não obstante ser reconecedor das minhas limitações, e por ter a firme convicção de que ninguém detém a verdade absoluta. Como diz Eduardo Couture, jurista uruguaio de fama universal, “nenhum juiz tem a condição de infalível, nem a presunção de que nunca possa errar.” Assim, espero contribuir para o engradecimento da Instituição e para assegurar a harmonia nas relações sociais e pacificação dos conflitos individuais e coletivos. A responsabilidade aumenta especialmente pelo fato de ser investido no cargo em decorrência do inesperado e prematuro falecimento do insigne Desembargador Antônio Pádua Silva, Homem da maior integridade moral e intelectual, detentor de ilibada conduta, Magistrado de aguçada sensibilidade, decente, firme, defensor intransigente dos valores republicanos. Neste momento, reverencio-o, como forma de homenageá-lo e agradecer-lhe por todos os ensinamentos. Prossigo, Senhora Presidente e dileta plateia, em direção ao término desta exposição, para reverenciar pessoas de grande importância em minha vida, sobretudo porque tenho como verdadeiro o ensinamento popular de que a gratidão é o perfume da alma. Inicialmente, ressalto que a Família é a materialização da obra divina do amor. Sou grato a meus pais, Wanderley e Vanda, pelo amor incondicional, pelos exemplos inesquecíveis e pela harmonia de suas convivências; a minha Mulher; a meus Filhos e Filha, a quem tributo a responsabilidade do exemplo e de quem recebo tanto amor e carinho; a meus Irmãos e Irmãs, a meus Tios e Tias, Sobrinhos e Sobrinhas, Primos e Primas, agradeço-lhes por tudo o que, ao longo desse tempo, têm-me proporcionado com amor e colaboração; aos Membros do egrégio Tribunal de Justiça, pela confiança para o desempenho de tão sublime missão e que viabilizaram, do ponto de vista institucional, este momento, agradeço, nas pessoas da excelentíssima Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Presidente da Corte, Magistrada detentora de personalidade singular, que traz em seu DNA o apurado senso de Justiça; do excelentíssimo Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, Vice-Presidente, pela oportunidade de auxiliá-lo durante sua gestão na Corregedoria-Regional Eleitoral do colendo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, a quem expressei a minha admiração, o meu profundo respeito e a minha eterna gratidão; do Desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho, Corregedor-geral da Justiça, Magistrado de escol, sou-lhe grato pela amizade, confiança e disponibilidade; do excelentíssimo Des Fernando Luiz Ximenes Rocha, Decano da Corte, a quem tive a honra de receber os seus ensinamentos quando aluno do Curso de graduação em Direito na Faculdade Direito da Universidade Federal do Ceará; a todos os agentes públicos, militares e civis, integrantes das Forças de Segurança em atuação no estado do Ceará, na pessoa do excelentíssimo General de Divisão André Luiz Ribeiro Campos Allão, Comandante da 10ª Região Militar, que nos abrilhanta com sua presença nesta solenidade; Aos meus Amigos e Amigas – tantos aqui presentes -, pelas relações construídas em espaços e tempos diversos, dos quais guardo, no fundo do coração, os sentimentos sinceros das melhores energias e dos sonhos compartilhados; aos servidores do Poder Judiciário estadual e eleitoral pelo fraterno convívio e perene aprendizado; Aos Advogados, aos Membros do Ministério Público, aos Defensores Públicos e demais operadores do Direito agradeço a oportunidade de uma relação respeitosa e sempre com vistas à realização da Justiça. Para finalizar, e como se trata de um acontecimento regado de incommensurável alegria e emoção, permitam-me reafirmar, para fins de reflexão, o pensamento de Vladimir Maiakóvski, um dos Poetas mais representativos do futurismo russo: Que os meus ideais sejam tanto mais fortes quanto maiores forem os desafios, mesmo que precise transpor obstáculos aparentemente intransponíveis. Porque metade de mim é feita de sonhos e a outra metade é de lutas. MUITO OBRIGADO!!” Na sequência, foi dada a palavra a Desembargadora recém-empossada ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES “Saúdo a presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Des. Maria Nailde Pinheiro Nogueira, terceira mulher, em 147 anos, no comando do Judiciário cearense, e que vem conduzindo o Poder Judiciário do Ceará com habilidade e galhardia. V.Exa. tem superado, com firmeza, as dificuldades do período pandêmico e do infortunado incêndio das instalações físicas do TJ, demonstrando que os desafios, quando enfrentados com coragem, revelam os verdadeiros líderes. Exma. Sra. Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, mui digna Governadora do Estado do Ceará, a quem peço vênia para chamá-la de professora, pois sem professores não há profissionais do direito, da saúde, das ciências exatas, da filosofia, nem mesmo há os chefes políticos. A educação é chave que abre portas e pode nos conduzir a nosso lugar no mundo. É uma honra e um privilégio ter meu ato de nomeação subscreto pela primeira mulher a ocupar o mais elevado cargo do Poder Executivo do meu querido Ceará. Este registro é muito eloquente, diz muito sobre este momento e está gravado na minha história. Cumprimento o des. Antônio Abelardo Benevides Moraes, vice presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, colhendo a oportunidade para também saudar o Corregedor Geral de Justiça, des. Paulo Airton Albuquerque Filho, o decano do Tribunal de Justiça, des. Fernando Luiz Ximenes Rocha e, em seus nomes, cumprimentar os integrantes do Poder Judiciário do Ceará, em especial aos Doutos Desembargadores do TJCE, que me acolhem com uma hospitalidade abraâmica, daquele que, fazendo-se peregrino, foi um anfitrião de tendas abertas. Exmo. Sr. Manuel Pinheiro de Freitas, Procurador Geral de Justiça, a quem dirijo uma saudação afetuosa, cheia de gratidão e respeito. Ao chefe do Ministério Público do Estado do Ceará, rendo as homenagens àquele que conduz a instituição com sabedoria, competência, responsabilidade e muito senso de justiça. A capacidade de gestão do dr. Manuel, aliada a seu empreendedorismo, já lhe garantem um lugar destacado no panteão dos gestores do MPEstadual. Sou-lhe grata pela confiança, em ter-me indicado como sua vice-PGJ, oportunidade em que pude crescer pessoal e profissionalmente. Em sua pessoa, abraço todos os diletos amigos ministeriais aqui presentes, dizendo-lhes que o mesmo entusiasmo que me moveu em 29 anos de trabalho em nosso estimado MP estará presente nesta nova fase, onde empreenderei meus melhores esforços para representar o Ministério Público, na



estatura institucional que ele merece estar. Despeço-me, emocionada, dos amigos e da instituição que abracei na minha juventude, certa de que os laços de amizade e afeto já estão eternizados. Exma. Sra. Elisabeth Chagas, Defensora Pública Geral do Estado, que conheço de longa data e, desde sempre, aprendi a admirar seu talento, sua seriedade e compromisso institucional, que, afinal, bem traduzem o espírito da Defensoria Pública do Estado do Ceará. Exma. sra. Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo Rodrigues, diretora do fórum Clóvis Beviláqua, dileta amiga. Relembro com saudade o tempo da faculdade de Direito, onde fomos contemporâneas, ao lado de outros grandes companheiros de estudos, que aqui estão presentes. Depois, reencontramo-nos na Comarca de Aracoiaba, onde pude acrescentar camadas de admiração e bem querer. Abraço os amigos de faculdade e os magistrados de todo estado, especialmente aqueles com quem trabalhei, através de sua pessoa. Deputado representante do Parlamento alencarino, forte esteio da democracia estadual. Exmo. Dr. Erinaldo Dantas, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, classe que merece toda deferência, pois, sendo filha, mãe e esposa de advogado, como sou, posso dizer com propriedade tomando por empréstimo as palavras do Ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça: “sem advogado não há Justiça e sem Justiça não há cidadania” Saúdo a polícia judiciária na pessoa de minha tia, Margarida Maria Borges de Carvalho, primeira Delegada de Polícia Civil do Estado do Ceará. Desembargadores Francisco Eduardo Torquato Scorsafava e José Lopes de Araújo Filho, com quem compartilho a felicidade deste dia. Finalizo as saudações homenageando o exmo. Des. Lincoln Araújo e Silva que, sendo jubulado, deixou um precioso legado ao Poder Judiciário, que só aumenta meu senso de responsabilidade com a nova função. Senhoras e senhores que participam desta sessão solene, presencial e virtualmente. Agora, faço um convite a todos para uma reflexão e para me acompanharem numa jornada hipotética, porém exitosa. Utilizo-me de uma metáfora para melhor visualizarmos o caminho. Vamos imaginar que estamos diante de uma montanha, de uma elevada e íngreme montanha, coberta por uma densa mata nativa. Em seu sopé, só enxergamos a enorme dificuldade da escalada e sequer conseguimos visualizar o seu final. Mas decidimos dar o primeiro passo, aquele que talvez seja o mais penoso, porquanto desafia a primeira lei de Newton e nos instiga a iniciar o percurso, com a fé de que somos capazes de enfrentar a trajetória. Como viajantes que deixam o conforto do lar, rumamos ao desconhecido e em direção ao novo. Iniciamos a jornada, e neste trajeto, inevitavelmente, calejamos nossos pés e nossas mãos. A subida exige esforços mas, no meio do caminho, vamos encontrando pausas revigorantes. De repente, surge uma pequena fonte de água cristalina e reconfortante que reanima nossas energias e, simplesmente prosseguimos. Mais adiante, já um pouco fadigados, sentimos os aromas do verde da mata e, novamente, enchemos o peito de ar e perseveramos no nosso propósito. Já quase chegando ao final, ouvimos os sons da floresta, que nos fortalecem e mostram que nosso destino está se aproximando. Finalmente, conseguimos chegar naquele lugar, onde a paisagem faz valer a pena todo o esforço e onde o sentimento de dever cumprido transborda. Aqui, podemos descansar um pouco e agradecer. Podemos visualizar o caminho percorrido e a visão do novo é encantadora. Nesta pausa, ao lembrar da fonte, dos aromas e dos sons, que suavizaram nossos passos, pensamos que nunca estivemos sós nesta jornada. Estávamos acompanhados da força dos que nos antecederam e da solidariedade dos que continuam ao nosso lado no dia a dia...É com esta certeza que revencio e honro com gratidão o apoio da minha família, essa fonte de inesgotável fortaleza, essa rocha sobre a qual edificamos nossa moradia existencial. Não é menor a gratidão aos meus amigos. Sou grata pelo meu pai, Antônio Ambrósio Carneiro Neto e minha inesquecível mãe, Maria Noélia Gondim Carneiro, a quem devo, além da existência, a educação e a formação moral. A confiança que os pais depositam em seus filhos constrói sua auto-estima e pode ser a explicação de seu sucesso. Aproveito para, lembrando minha mãe, registrar minha consideração e minha homenagem a todos os servidores públicos do estado do Ceará, pois minha querida mãe sempre se orgulhou de integrar os quadros dos serventuários da justiça, carregando no peito, além de um crachá com sua fotografia, que ainda hoje guardo (interessante levar o crachá e levantar nesse momento), carregava a vontade de bem servir à coletividade. A todos, que diária e anonimamente colaboram e contribuem para o engrandecimento do serviço público em nosso estado, deixo meu reconhecimento. Agradeço a meus irmãos Laura e Rodrigo, com quem aprendi a viver e conviver; a meus amados filhos Pedro Luiz, Isabel e Sofia e meu amado marido Nestor, que dão sentido e significado a tudo que faço, tornando meus momentos mais alegres e mais leves, porque a alegria, muitas vezes, pode nos salvar. Agradeço a toda minha família extensa, na pessoa de minha tia Maria Altina Gondim Rocha, sempre inspiradora, e em seu nome, abraço todos os meus familiares, que sempre torceram pelo sucesso de todos nós. Sou especialmente grata a todos os meus amigos e amigas de uma vida inteira e aos que a eles se agregaram mais recentemente, que me incentivaram, acreditaram e me acompanharam. Aqui, mister registrar os colegas de cátedra da Uni7, que me propiciam uma rica vida acadêmica. Vocês todos são aquele sussurro da floresta, são a voz que me animou o caminho e me apoiou nesta empreitada, de forma sincera e desinteressada. Vocês me lembraram que as pessoas valem pelo que são e que somos imortalizados pelas pegadas que deixamos nos corações dos amigos e meu coração está repleto de suas pegadas. Sou grata ao Ministério Público e, parafraseando um dos mais novos integrantes da Academia Brasileira de Letras, foi o MP quem me deu “régua e compasso”, forjando, em grande medida, minha visão de mundo; O MP foi minha escola e a ele devo minhas melhores e mais importantes conquistas e meus amigos. Foi lá que aprendi a estar perto da sociedade, a velar pelos direitos sociais e coletivos. O Ministério Público me ensinou que a justiça só se alcança com a defesa da democracia, o respeito às liberdades e a proteção dos vulneráveis. Agradeço aos integrantes do conselho superior do MP que nos distinguiram na lista sêxtupla; digo-lhes que, desde aquele momento, já me senti recompensada pelo reconhecimento de minha vida institucional; desde ali já me senti contemplada pelos meus pares. Agradeço aos drs. Leo Charles Henri Bossard II, Marcos William Leite de Oliveira, Maria Magnólia Barbosa da Silva, Maria Neves Feitosa Campos e Miguel Ângelo de Carvalho Pinheiro, por terem qualificado ainda mais o certame e terem combatido o bom combate. Gratidão aos desembargadores do Tribunal de Justiça que se dispuseram a nos ouvir e assim nos mostraram o quão importante é o espaço da escuta e do diálogo. Agradeço, ainda, à governadora professora Izolda Cela, que confiou em meu nome para compor essa egrégia Corte de Justiça, onde dedicarei meus melhores esforços para estar à altura de todos os cultos desembargadores que já a compõem e dedicam suas inteligência e sabedoria para a entrega de uma prestação jurisdicional de excelência. Sou grata, enfim, à espiritualidade, que pode ser nossa bússola e nosso farol. Vi escrito na parede de uma escola que o exemplo não é a melhor forma de se ensinar, senão a única. É na espiritualidade que encontro minhas inspirações e meus modelos, que alguns chamam de anjos. Muitas pessoas emanam luz simplesmente por existirem e por reverberarem suas histórias de vida, influenciando outros destinos, até mesmo sem terem consciência disso. Agrada-me pensar que meu trajeto imaginário possa comunicar que o trabalho persistente, o esforço bem direcionado e as ajudas espirituais podem nos tirar do sopé e nos levar ao topo do monte. A gratidão a todos esses personagens que cruzaram minha trajetória me faz retomar a metáfora inicial. Agradecer e reconhecer é revigorante...porque logo a frente já avisto uma nova e desafiante montanha a ser escalada. Aqui, vou precisar ter a simplicidade do aprendiz. Em recente conversa, foi-me dito, citando-se o poeta Gonzaguinha, da beleza de ser um eterno aprendiz, ao que acrescentei, também citando outro poeta, Beto Guedes: a lição sabemos de cor, só nos resta aprender.... E quando me refiro à simplicidade, para ser bem compreendida, logo esclareço: ser simples não é ser pueril ou ingênuo, mas ter interiorizado o aforismo socrático, que nos permite o abandono da opinião (doxa) e a busca pelo conhecimento verdadeiro (epistémé). Para essa nova jornada, além de todas as ajudas já mencionadas, passo a vestir uma toga. Toga que é sinônimo de



sobriedade, prudência, sabedoria e, sobretudo, de coragem. Coragem para enfrentar o novo e decidir com independência e liberdade de convicção, sempre tendo em vista a proteção do estado democrático de direito, dos interesses públicos e republicanos. Esta toga que guarnece hoje, meus ombros, me faz sentir honrada e me fortalece, pois quem a vestiu foi meu avô, Ubirajara Carneiro, que, também se despediu do Ministério Público para ingressar na magistratura, neste mesmo Tribunal de Justiça, há mais de 50 anos. Oxalá eu consiga me inspirar em sua lucidez e vivacidade. Vestir a toga (no meu caso, ainda que seja do meu avô) não transforma as pessoas em super humanos, mas humanos com enormes poderes e, por isso mesmo, com grandes responsabilidades. Responsabilidade em entregar uma prestação jurisdicional onde prevaleça a boa técnica, a melhor exegese, a imparcialidade e a busca de um ideal de justiça, que, como nos dizem as tradições greco romanas, pelas bocas de Aristóteles e Ulpiano, consiste em “dar a cada um o que lhe pertence.” Suponho que nem sempre seja simples e fácil “dar a cada um o que lhe pertence”. E, por isso mesmo, a tarefa do julgador pode ser espinhosa exatamente porque a quem muito é dado, muito será exigido. É sobre isso a que me refiro agora: sobre poder. Porque poder é sinônimo de serviço. E explico: quanto maior o quinhão de poder, mais se consegue ser útil aos outros e não a si próprio. Pois o poder que não se põe a serviço do outro, não alcança sua máxima capacidade de realização. Afinal, não é outra a finalidade do Direito, senão estar a serviço do homem e da solução de seus conflitos de interesses. E, para entregar o bom direito é imprescindível não nos distanciarmos de nossa humanidade. Em meio a tantos avanços tecnológicos, acelerados, em grande medida, por esta trágica pandemia, em meio à automação das rotinas e da mecanização do trabalho, essa humanidade nos resgata, por certo. Devemos aproveitar bem os avanços nos campos da robotização, pois essa é uma realidade inevitável e positiva, mas não devemos esquecer que não há máquina que substitua a beleza de um debate, o tirocínio de um operador do Direito a estética de um julgado. Ao ascender à segunda instância, no Ministério Público, passei a atuar junto às Câmaras Criminais, onde pude compreender, de forma mais próxima, o que significa o princípio da colegialidade que, nas palavras de Nucci, consiste em proporcionar a discussão de teses, a contraposição de ideias, enfim, o nobre exercício do convencimento e da evolução da aplicação do Direito. Para este mister, não há quem ultrapasse a inteligência humana. Está claro que devemos empregar os melhores recursos que a mente pode produzir, mas é sempre o ser humano a dar os comandos, é sempre ele o destinatário das decisões judiciais. Pois bem: neste breve trajeto imaginário e talvez existencial, pude falar de fé, gratidão, família, amizade, lealdade, confiança, coragem, poder e serviço, valores que expressam quem sou e de onde venho, mas quero concluir falando sobre algo absolutamente necessário em qualquer tempo, especialmente nos intrigantes dias atuais. Finalizo, assinalando o amor, que é a síntese de tudo isso e muito mais, pois é alfa e ômega. O amor é a mais rara, mais preciosa e mais milagrosa virtude. Amor não se confunde com polidez ou simplesmente boa educação. Também não se resume ao estrito cumprimento de regras morais, desconectado da real noção de fraternidade, que enxerga no outro uma porção de si mesmo. Amor é, a um só tempo, essência e ato. Arrisco afirmar que o amor é uma força poderosa, e por que não, uma força política poderosa, pois é a única capaz de transformar o íntimo das pessoas, tornando-as uma melhor versão de si mesmas. E não existe maior mudança do que aquela que persuade nossas subjetividades. Disse o Apóstolo dos Gentios que o amor é paciente. Eu digo: o amor, além de paciente, é exigente. Exige integridade, verdade e coerência. Ainda segundo meu referencial cristão, que, por isso mesmo, compreende outras formas de crer e de pensar, o amor não é um fardo pesado, pois é também um ato de vontade, de escolha e de opção. Escolher amar é o que torna o mundo possível e sustentável, pois não há humanidade sem solidariedade e não há justiça sem humanidade. Muito obrigada e rogo a Deus que nos abençoe a todos.” Por fim, a Desembargadora Presidente agradeceu a todos os presentes à Sessão. E como nada mais houvesse a tratar, declarou-se encerrada a Sessão, lavrando-se a presente Ata, a qual, lida e aprovada, vai assinada.

Fortaleza (CE), 02 de setembro de 2022

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Superintendente da Área Judiciária

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA

SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 18/2022 –TJ

SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO. Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 13 horas e 30 minutos, realizou-se a sessão nº 18/2022, convocada mediante o **Edital nº 184/2022**, de 20 de setembro de 2022, disponibilizado no Diário da Justiça de igual data, a realizar-se por meio de videoconferência, no link de acesso já utilizado para as sessões do Tribunal Pleno, para tratar de assuntos de interesse do Poder Judiciário. A sessão do Tribunal Pleno ocorrerá sem prejuízo da sessão do Órgão Especial, nesta data. Abertos os trabalhos, foram aprovadas, sem alteração, a ata da sessão nº 16/2022, de 25/08/2022 e, a ata da sessão nº 17/2022, de 02/09/2022. **Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores:** MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA – PRESIDENTE, ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, DURVAL AIRES FILHO, FRANCISCO GLADYSON PONTES, FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, TEODORO SILVA SANTOS, MARIA IRANEIDE MOURA SILVA, LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, LISETE DE SOUSA GADELHA, RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, MARIA EDNA MARTINS, MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES, JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA, MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, FRANCISCO CARNEIRO LIMA, MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA, HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA, SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE, FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL, CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO, MARIA ILNA LIMA DE CASTRO, JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO, SILVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA, EVERARDO LUCENA SEGUNDO, VANJA FONTENELE PONTES, JOSÉ LOPES DE ARAUJO FILHO, FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA, ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES, BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA (Juiz